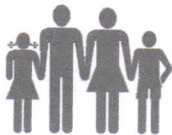
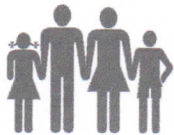


17/01/2019 – Comitê de Investimentos

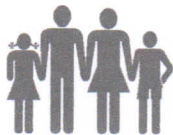
Ata da Reunião do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU, realizada aos dezessete dias do mês de janeiro de dois mil e dezenove, às nove horas, na sala de reuniões da sede do IPMU, onde compareceram os membros, conforme Portaria IPMU nº 043/2018: Fernando Augusto Matsumoto, Flavio Bellard Gomes, Marcelo da Cruz Lima, Silvia Moraes Stefani Lima e Sirleide da Silva. Aberta a reunião, os membros do Comitê de Investimentos analisaram o relatório sobre o **mercado financeiro no fechamento do mês de dezembro/2018, conforme processo IPMU/195/2018**. No mercado interno, passado um ano de bastante incerteza, estamos encerrando 2018, de acordo com os analistas, com perspectivas positivas para o ambiente macroeconômico. A evolução positiva dos índices de confiança ratifica esta avaliação. A preocupação com o grau de desaceleração futura das economias avançadas marcou negativamente o desempenho dos mercados em dezembro. A normalização da política monetária nos Estados Unidos e Zona do Euro, ainda que em diferentes estágios, juntamente com a expectativa dos impactos futuros do aumento do protecionismo comercial, foram os motores da discussão sobre esfriamento econômico mundial. Internacional. A volatilidade continuou elevada nos mercados internacionais, com quedas expressivas nas bolsas mundiais. A desaceleração da atividade global, ao mesmo tempo em que os principais bancos centrais do mundo seguem no processo de retirada de liquidez, tem pressionado os ativos de risco. Ao mesmo tempo em que tivemos evolução positiva nas negociações entre EUA e China a respeito da guerra comercial, as negociações do Brexit seguem gerando uma grande incerteza. Na Europa, a resposta dos indicadores de atividade aos movimentos políticos recentes, principalmente na França, foi negativa, levando a uma indicação de PIB ainda mais fraco. As eleições para o legislativo da União Europeia, com a ascensão de partidos populistas, contrários à maior integração entre as nações é o maior risco para o PIB de 2019. Na China, as respostas às medidas de estímulo recentes ainda não são observadas nos dados econômicos, assim como os indicadores de comércio internacional dos países asiáticos seguem mostrando deterioração. Uma possível notícia positiva seria uma redução das tensões comerciais entre EUA e China com a conclusão de um acordo comercial favorável a ambos. Brasil. Os sinais emitidos pelo novo governo indicam que a reforma da previdência enviada pelo governo Temer será a base de sua reforma. Esta decisão encurta sua tramitação, sendo positiva para o processo de ajuste fiscal. Além disso, o governo tem reafirmado a adoção de uma agenda com regras tradicionais na economia, abrangendo medidas tanto macro quanto microeconômicas. Na política monetária, tendo em vista a sustentação da inflação em nível baixo e a falta de vigor da atividade econômica, o Banco Central decidiu manter a taxa de juros constante em patamar estimulativo e suavizar seu discurso. O Relatório de Inflação trouxe projeções que sinalizam que, na ausência de maiores movimentos da taxa de câmbio e choques inesperados, a política monetária não precisaria ser ajustada ao longo de 2019. O Comitê de Política Monetária manteve a taxa de juros em 6,5% a.a. na última reunião do ano, conforme o esperado. No comunicado houve destaque para uma melhora no balanço de riscos para a inflação. O comitê avalia que as diversas medidas de núcleo de inflação se encontram em níveis



apropriados ou confortáveis. Na avaliação da atividade, os indicadores recentes continuam evidenciando uma recuperação gradual da economia. Além disso, o Copom retirou do comunicado o alerta sobre a possibilidade de elevação gradual da Selic em caso de piora no cenário prospectivo de inflação. Enquanto isso, o cenário global permanece com um quadro desafiador para as economias emergentes, tendo como principais riscos a normalização das taxas de juros em economias avançadas e as incertezas referentes ao comércio global. Esse patamar é compatível com a convergência da inflação para a meta no horizonte relevante, que inclui o ano de 2019 e, em menor grau, de 2020. No balanço de riscos para o cenário base, o Copom explicita que eventuais frustrações da continuidade das reformas e ajustes necessários na economia brasileira podem afetar as expectativas e as projeções macroeconômicas. Os próximos passos da política monetária continuam dependendo da evolução da atividade econômica, do balanço de riscos e das expectativas de inflação. Na avaliação dos analistas, o Banco Central irá começar a elevar a taxa de juros no final do segundo semestre de 2019, tendo em vista a recuperação da atividade, e a convergência da inflação para a meta em 2020. Investimentos. Volatilidade foi a palavra que resumiu o mês de dezembro. Tivemos continuidade na fraqueza dos ativos de riscos, reflexo da queda de dinamismo da economia global. Movimento que foi mais intensificado pela queda de liquidez típica do final do ano. No mês de dezembro tivemos a continuidade da fraqueza dos ativos de riscos, um reflexo da queda de dinamismo da economia global. Movimento que foi mais exacerbado pela queda de liquidez típica do final do ano. Nos EUA o mercado de trabalho continuou mostrando a economia perto do pleno emprego, apesar das surpresas negativas na margem, onde os números de criação de vagas e renda vieram abaixo do esperado. A reunião do Fed confirmou a alta de juros de dezembro, mas em seu discurso, minimizou a piora dos mercados além de uma perspectiva menos suave que o mercado esperava na condução de política monetária. Índices de confianças de investidores e consumidores melhoraram de forma significativa no final de 2018, em alguns casos retornando aos valores que vigoravam no último ciclo de expansão, em 2013. No segmento de renda fixa, o desempenho do mercado brasileiro foi positivo, apesar das oscilações trazidas pelos riscos atrelados ao cenário internacional. A queda das curvas de juros nominal e real, especialmente em seus segmentos de prazos intermediários, refletiu o aumento da chance de um cenário de taxa Selic em nível baixo por um período prolongado. A inflação corrente voltou a surpreender, as projeções para o IPCA são inferiores às metas, a cotação do petróleo despencou e os recentes dados do nível de atividade vieram mais fracos do que o esperado. O ambiente de volatilidade no front internacional se manteve em dezembro, motivado principalmente pela expectativa de menor crescimento global, como decorrência da guerra comercial dos EUA com a China, indefinição do Brexit e a paralisação do governo dos EUA. Esse cenário somado à redução da expectativa de alta de taxas de juros pelo FED, justificam queda acentuada nas taxas de juros nos EUA. No Brasil, a inflação em queda continua colaborando para acentuar o ambiente favorável à extensão do período com taxa de juros nos patamares atuais. A preocupação com a agenda de reformas do governo no âmbito fiscal e o ambiente de aversão ao risco global continuam sendo as maiores preocupações no momento. No segmento de



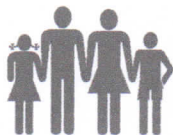
renda variável, o mês foi marcado pelo aumento da volatilidade nos principais mercados acionários, sendo que vários índices americanos, europeus e asiáticos fizeram suas mínimas de 2018 no decorrer de dezembro. Dessa forma, praticamente todos os mercados relevantes acumularam perdas no ano. No mercado externo, mais fatores técnicos do que fundamentalistas parecem ter influenciado positivamente os preços, pois as incertezas relacionadas aos rumos do crescimento mundial e da política monetária americana permanecem no radar dos investidores. Inclusive, fortes oscilações ocorreram no início do período, devido às críticas do presidente americano à recente atuação do Federal Reserve. No Brasil, mais sinais de inflação comportada e as notícias sobre a agenda de reformas econômicas do novo governo que assume em janeiro contribuíram para a queda dos juros futuros e, por consequência, uma visão favorável com ações. No Brasil o ano de 2018 foi desafiador para obtenção de retorno excedente em relação ao Ibovespa haja vista uma série de fatores ao longo dele que indicavam para uma composição mais defensiva do portfólio de ações, como recuperação lenta da economia, greve dos caminhoneiros, disputas comerciais EUA-China e eleições presidenciais. O mercado se mostrou bastante dividido entre a melhora de humor com o fim da eleição e do anúncio de possíveis medidas econômicas e de ministérios e o conturbado cenário internacional, que registrou a pior véspera de natal para as bolsas internacionais em anos. Ao final, o Ibovespa valorizou-se, subindo 15,03%, ainda que recuando -1,81% no mês de dezembro, registrando o terceiro ano consecutivo de alta. Em 2017 subiu 26,86%, em 2016 ganhou 38,93% e em 2015 perdeu 13,31%. **Desempenho dos Principais Indicadores Econômico em 2018:** CDI (0,49,36% mês e 6,4214% ano), IRFM 1 (0,5575% mês /6,9745% ano), IDKA 2 (1,2537% mês /9,7540% ano), IMA-B 5 (1,3631% mês /9,8655% ano), IRFM Total (1,5339% mês /10,7322% ano), IMA Geral ex-C (1,1797% mês /9,7956% ano), IRFM 1+ (1,9246% mês /12,2671% ano), IMA-B Total (1,6494% mês /13,0587% ano), IMA-B 5+ (1,8785% mês /15,4051% ano), Ibovespa (-1,81% mês /15,03% ano), IBRX-50 (-2,11% mês /14,53% ano), Small Caps (2,10% mês /8,13% ano), Imobiliário (6,53% mês e 6,99% ano) e Dividendos (0,65% mês e 15,95% ano). **Carteira de Investimentos.** O saldo das aplicações financeiras no encerramento do mês de dezembro apresentou valorização em relação ao fechamento do mês de novembro, passando de R\$ 340.752.043,69 (trezentos e quarenta milhões setecentos e cinquenta e dois mil quarenta e três reais e sessenta e nove centavos), para R\$ 347.492.604,50 (trezentos e quarenta e sete milhões quatrocentos e noventa e dois mil seiscentos e quatro reais e cinquenta centavos). **Meta Atuarial.** A Carteira de Investimentos apresentou bom desempenho no consolidado no período: 9,59% meta atuarial e 9,72% patrimônio. **Enquadramento.** Todos os fundos de investimentos estão enquadrados conforme Resolução CMN 3.922/2010, alterada pela Resolução CMN 4.604/2017 e 4.695/2018, com a Política de Investimentos e com aderência quanto a rentabilidade e aos riscos. **Duration das Aplicações:** 29,65% das aplicações financeiras estão alocadas em fundos de curto prazo (DI/Fundos Híbridos), 16,24% das aplicações financeiras estão alocadas em fundos de médio prazo (IMA-B 5) e 54,10% das aplicações financeiras estão alocadas em fundos de longo prazo (IMA-B/ IMA-Geral/ Fundo Títulos 2019/ Títulos Públicos 2021/ Fundo Títulos 2022 e Títulos Públicos 2021 e 2024). **Aplicação por Instituição**



Financeira. Estão credenciadas junto ao IPMU cinco instituições financeiras: Caixa Econômica Federal (aplicação de R\$ 117.990.844,76 /33,95% do PL), Banco do Brasil (aplicação de R\$ 73.809.453,00 /21,24% do PL), Santander (aplicação de R\$ 57.852.963,99 /16,65% do PL), Itaú (aplicação de R\$ 20.637.682,40 /5,94% do PL) e Bradesco (aplicação de R\$ 20.290.631,25 /5,84% do PL). A Carteira de Títulos Públicos encerrou o período com R\$ 56.911.029,10, representando 16,38% do PL do IPMU.

Rentabilidade. Retorno dos fundos de investimentos no encerramento de 2018: Títulos Públicos 2021 (14,75%), Caixa FI Brasil IMA-B Títulos Públicos Renda Fixa (12,837%), Títulos Públicos 2024 (12,040%), BB Previdenciário RF TP XI 2022 (10,568%), BB Previdenciário Renda Fixa Alocação Ativa (9,904%), Santander FIC IMA-B 5 Títulos Públicos Renda Fixa (9,65%), Itaú Institucional Alocação Dinâmica (8,23%), Caixa Brasil Gestão Estratégica Renda Fixa (7,815%), Santander Institucional DI (6,35%), Bradesco FI Referenciado DI Premium (6,33%), Bradesco Institucional FI RF Títulos Públicos 2019 (6,20%).

Diversificação. O IPMU mantém 100% dos recursos aplicados no segmento de renda fixa: Fundos DI e Híbridos (R\$ 103.044.794,81 /29,65% do PL), IMA-B 5 (R\$ 56.439.335,60 /16,24% do PL), Fundos IMA-B (R\$ 51.302.817,33 /14,76% do PL), IMA-Geral (R\$ 67.731.632,55 /19,49% PL), Títulos Públicos IPCA 2024 (R\$ 38.643.016,21 /11,12% do PL), Títulos Públicos IGPM 2021 (R\$ 18.268.012,89 /5,26% do PL), Fundo Títulos Públicos 2019 (R\$ 5.985.174,66 /1,72% PL) e Fundo Títulos Públicos 2022 (R\$ 6.077.820,45 /1,75% PL). Seguindo a pauta, os membros do Comitê de Investimentos passaram a **analisar fundos de investimentos para credenciamento**, conforme informações da CVM – Comissão de Valores Mobiliários, em atendimento a Resolução CMN nº 3.922/2010, alterada pela Resolução CMN nº 4.604/2017 e Portaria nº 519/2011, que dispõe sobre as aplicações dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social. **1)** Processo IPMU/057/2018, referente ao fundo de investimentos Bradesco Institucional FIC FI RF IMA-B (CNPJ 08.702.798/0001-25). Conforme análise efetuada e dentro dos limites demonstrados nos documentos acostados no processo, o fundo está apto a receber recursos financeiros do IPMU. **2)** Processo IPMU/058/2018, referente ao fundo de investimentos Bradesco Institucional FIC FI RF IMA-B 5 (CNPJ 20.216:216/0001-04). Conforme análise efetuada e dentro dos limites demonstrados nos documentos acostados no processo, o fundo não está apto a receber recursos financeiros do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU, considerando que o Regulamento do fundo apresenta a permissão para investimento em créditos securitizados e CRA, ativos estes vedado pela Resolução CMN nº 3.992/10 com a nova redação dada pela Resolução CMN nº 4.604/17 e a Nota Técnica SEI nº 12/2017/CGACI/SRPPS/SPREV, do Ministério da Fazenda. **3)** Processo IPMU/065/2018, referente ao fundo de investimentos, Caixa FIC Multimercado Renda Variável 30 longo Prazo (CNPJ 03.737.188/0001-43). Conforme análise efetuada e dentro dos limites demonstrados nos documentos acostados no processo, o fundo está apto a receber recursos financeiros do IPMU. **4)** Processo IPMU/079/2018, referente ao fundo de investimentos BB Previdenciário Multimercado (CNPJ 10.418.362/0001-50). Conforme análise efetuada e dentro dos limites demonstrados nos documentos acostados no processo, o fundo está apto a receber recursos financeiros do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU. **5)** Processo IPMU/113/2018, referente ao fundo de



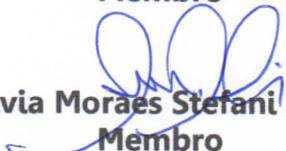
investimentos ITAÚ Institucional Ações Phoenix FIC FI (CNPJ 23.731.629/0001-07). Conforme análise efetuada e dentro dos limites demonstrados nos documentos acostados no processo, o fundo está apto a receber recursos financeiros do IPMU. **6)** Processo IPMU/118/2018, referente ao fundo de investimentos Safra Executiv 2 Fundo de Investimentos Renda Fixa (CNPJ 10.787.647/0001-69). Conforme Política de Investimentos do IPMU aprovado para o exercício de 2019, as aplicações financeiras do IPMU somente poderão ser realizadas em fundos de investimentos e/ou demais ativos financeiros cujos gestores figurem entre os 10 (dez) primeiros classificados no Ranking de Gestão de Instituições Financeiras e Assets por Patrimônio sob Gestão da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais). A gestora J. Safra Asset Management Ltda., CNPJ nº 62.180.047/0001-31 atende aos critérios da Política de Investimentos do IPMU para o exercício de 2019, ocupando a 6º colocação do rating de gestão da ANBIMA, base novembro/2018. A administradora J. Safra Asset Management Ltda., CNPJ nº 62.180.047/0001-31, não atende aos critérios da Política de Investimentos do IPMU para o exercício de 2019, ocupando a 11º colocação do rating de gestão da ANBIMA, base novembro/2018. O conservadorismo do IPMU na composição dos investimentos também se reflete na escola dos gestores e administradores. Atualmente os bancos selecionados para receberem os recursos são os maiores de acordo com o rating da ANBIMA – Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiros e de Capital. Conforme análise efetuada e dentro dos limites demonstrados nesse no relatório, podemos concluir que o fundo não está apto a receber recursos financeiros IPMU. **7)** Processo IPMU/197/2018, referente aos fundos de investimentos SICREDI FI Institucional RF Referenciado IRF-M 1 (CNPJ 19.196.599/0001-09), SICREDI FIC FI Institucional RF Referenciado IMA-B Longo prazo (CNPJ 11.087.118/0001-15), SICREDI FIC FI RF Performance Longo Prazo (CNPJ 07.277.931/0001-80), SICREDI FI Institucional RF Referenciado IRF-M Longo Prazo (CNPJ 13.081.159/0001-20) e SICREDI FIC Ações Ibovespa (CNPJ 06.051.151/0001-55). Conforme Política de Investimentos do IPMU aprovado para o exercício de 2019, as aplicações financeiras do IPMU somente poderão ser realizadas em fundos de investimentos e/ou demais ativos financeiros cujos gestores figurem entre os 10 (dez) primeiros classificados no Ranking de Gestão de Instituições Financeiras e Assets por Patrimônio sob Gestão da ANBIMA. A gestora Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi, inscrita no CNPJ sob no 03.795.072/0001-60, ocupando a 17º colocação do rating de gestão da ANBIMA, base novembro/2018. A gestora Schroder Investment Management Brasil Ltda., CNPJ nº 92.886.662/0001-29, ocupando a 36º colocação do rating de gestão da Anbima, base novembro/2018. A administradora Banco Cooperativo Sicredi S.A., CNPJ nº 01.181.521/0001-55, ocupando a 16º colocação do rating de gestão da ANBIMA, base novembro/2018. O conservadorismo do IPMU na composição dos investimentos também se reflete na escola dos gestores e administradores. Atualmente os bancos selecionados para receberem os recursos são os maiores de acordo com o rating da ANBIMA. Conforme análise efetuada e dentro dos limites demonstrados nesse no relatório, podemos concluir que os fundos não estão aptos a receberem recursos financeiros do IPMU.


Estratégia de Investimentos. Considerando dados do mercado financeiro no



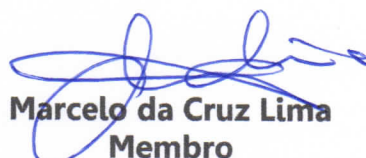
encerramento de dezembro/2018 e nos primeiros dias do mês de janeiro/2019, bem como as perspectivas para o curto prazo, foi aprovado por unanimidade: **1)** Acompanhamento das informações sobre as adequações da Resolução CMN 4.695/18, divulgadas pelos Gestores dos Fundos de Investimentos e pela Consultoria Financeira, para em data oportuna, avaliar os impactos futuros e possíveis adequações da Carteira de Investimentos. **2)** Os recursos novos referentes a Contribuição Previdenciária, Comprev e Parcela da Dívida Previdenciária deverão serem direcionados para ativos indexados ao CDI/IMA-B 5 ou aos fundos híbridos. A escolha do fundo deverá observar a melhor rentabilidade, menor risco e maior liquidez. Os recursos continuarão sendo utilizados para pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão, bem como para as despesas com a taxa de administração. **3)** Manutenção das aplicações até a próxima reunião, para análise do relatório financeiro da carteira de investimentos do IPMU com relação ao fechamento de 2018 e posicionamento dos gestores e consultoria financeira. Tendo em vista a queda da rentabilidade os fundos mais conservadores, pode ser necessário adicionar um pouco mais de risco aos investimentos para obtenção de melhores resultados, com a diversificação da carteira, buscando alternativas com melhores chances de obter ganhos através de produtos que possuem estratégias mais ativas e dinâmicas, buscando oportunidades num horizonte de médio e longo prazo. Com a inflação controlada, taxa Selic em patamares de um dígito, expectativa de cenário de desenvolvimento da economia do país nos próximos anos, retomada das discussões sobre as aprovações das reformas, entre outros indicadores de crescimento, poderá ter impacto nos papéis de longo prazo, podendo não ser mais interessante permanecer com a carteira posicionada no curto prazo. Para finalizar a reunião foram abordados os seguintes assuntos: **1)** 1º Congresso Brasileiro de Investimentos dos RPPS. **2)** Para atendimento ao PRÓ-GESTÃO RPPS - Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos RPPS (Portaria MPS nº 185/2015, alterada pela Portaria MF nº 577/2017), o relatório financeiro será encaminhado aos membros do Conselho de Administração e Fiscal para ratificação. **3-)** Próxima reunião no dia 30/01/2019 – 9h. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e para que conste, eu, Fernando Augusto Matsumoto, que secretariei os trabalhos, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, vai por mim assinada, e pelos demais.


Fernando Augusto Matsumoto
Membro


Sílvia Moraes Stefani Lima
Membro


Flávio Bellard Gomes
Membro


Sirleide da Silva
Membro


Marcelo da Cruz Lima
Membro